

2. Noções gerais de economia brasileira. 2.1. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.2. O choque dos juros internacionais no final da década de 1970. 2.3. Crise dos anos 80. 2.4. Inflação dos anos 70 até o Plano Real. 2.5. Planos heterodoxos de combate à inflação. 2.6. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.7. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.8. Reformulação do sistema financeiro nos anos 1990. 2.9. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo e sobre as finanças públicas. 2.10. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.11. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.12. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.13. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.14. O endividamento externo brasileiro. 2.15. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 2.16. Implementação e execução do regime de metas para a inflação no Brasil. 2.17. O crescimento da economia na década de 2000. 2.18. Política de rendas. 2.19. A crise financeira global de 2008/2009, seus desdobramentos para a economia brasileira e medidas adotadas para enfrentá-la. 2.20. O papel da economia brasileira no atual contexto da economia global e sua inserção no escopo dos BRICS.

3. Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: Resoluções do Senado Federal 50, de 1993, 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007.

4. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle do endividamento público, da despesa com pessoal, da expansão da despesa e das renúncias de receita.

I - Desenvolvimento Regional. 5. Atual estrutura da concentração da atividade econômica brasileira. 6. Políticas públicas de desenvolvimento regional: indústria; agricultura e serviços. 7. As experiências do modelo SUDENE-SUDAM-SUDECO. 8. Políticas fiscais localizadas. 9. Instrumentos para o desenvolvimento regional: fundos constitucionais de financiamento, fundos regionais de investimento e incentivos fiscais. 10. Experiência nacional e internacional com zona franca, área de livre comércio e zona de processamento de exportações. 11. "Guerra fiscal" entre os entes da federação: instrumentos tributários e não tributários. 12. Globalização: oportunidade para o desenvolvimento regional. 13. Produtividade econômica das diversas regiões brasileiras. 14. Infraestrutura e desenvolvimento regional. 15. Fluxos migratórios e seus impactos sobre a economia regional e nacional. 16. Desenvolvimento regional e investimentos sociais. 17. Índices e indicadores de desenvolvimento utilizados no Brasil e no mundo. 18. Índice de Desenvolvimento Humano e as desigualdades inter-regionais de desenvolvimento. 19. O papel das instituições federais de financiamento do desenvolvimento regional. 20. Políticas de apoio ao desenvolvimento local: a "clusterização" do desenvolvimento. 21. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional. 22. Desenvolvimento Regional e Segurança Nacional: a faixa de fronteira. 23. Teorias tradicionais de economia regional: teoria da base de exportação; teoria dos polos de crescimento; teoria do desenvolvimento desigual. 24. A Nova Geografia Econômica. 25. Retornos crescentes e economias de aglomeração. 26. Localização orientada pelo custo de transporte. 27. Experiências internacionais com políticas de desenvolvimento regional: o caso da União Europeia.

II - Desenvolvimento urbano. 28. Teorias do desenvolvimento urbano. 28.1. Economias de Desaglomeração, Renda Fundiária Urbana e Estrutura Intraurbana. 28.1.1. O Modelo de Von Thünen e extensões. 28.1.2. O Modelo Urbano de Alonso e extensões. 29. Redes Urbanas e Sistemas de Cidades. 29.1. A Teoria do Lugar Central. 29.2. Teorias de Crescimento das Cidades. 30. Noções de direito constitucional, administrativo, tributário e civil aplicados ao desenvolvimento urbano. 31. Noções de economia urbana, urbanismo e sociologia urbana. 32. Elementos de direito urbanístico. Princípios e institutos fundamentais. 33. A política urbana da Constituição: competência dos entes federativos. 33.1. Gestão associada de serviços públicos. 33.2. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. 33.3. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. 33.4. Função social da propriedade urbana. 33.5. Plano diretor. 33.6. Proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural. 34. Parcelamento do solo urbano. 34.1. Lei 6.766, de 1979. 34.2. Conceitos de lote e gleba. 34.3. Áreas de risco. 34.4. Áreas de proteção permanente em zona urbana. 34.5. Requisitos urbanísticos para loteamento. 34.6. Elaboração e aprovação de projeto de loteamento. 34.7. Condomínios horizontais. 34.8. Reparcelamento. 35. Diretrizes e instrumentos de política urbana. 35.1. Lei 10.257, de 2001. 35.2. Instrumentos de política urbana. 35.3. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. 35.4. IPTU progressivo no tempo. 35.5. Desapropriação com pagamento em títulos. 35.6. Direito de preempção. 35.7. Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso. 35.8. Operações urbanas consorciadas. 35.9. Transferência do direito de construir. 35.10. Estudo de impacto de vizinhança. 35.11. Plano diretor: conteúdo, obrigatoriedade e processo de elaboração. 35.12. Defesa da ordem urbanística. 36. Regularização fundiária de assentamentos urbanos (Lei 11.977, de 2009). 36.1. Projeto de regularização. 36.2. Regularização de interesse social e de interesse específico. 36.3. Usucapião urbano. 36.4. Concessão de direito real de uso. 36.5. Concessão de uso especial. 37. Acessibilidade urbana de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. 37.1. Lei 10.098, de 2000. 38. Diretrizes nacionais para o saneamento básico. 38.1. Lei 11.445, de 2007. 38.2. Princípios. 38.3. Planejamento. 38.4. Titularidade. 38.5. Regulação econômica e técnica. 39. Política Nacional de Resíduos Sólidos. 39.1. Lei 12.305, 2010. 39.2. Diretrizes, planos e responsabilidades. 40. Política Nacional de Habitação. 40.1. Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei 11.124, de 2005). 40.2. Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei 11.977, de 2009). 40.3. Sistema Financeiro da Habitação (Lei 4.380, de 1964). 41. Convênios e consórcios públicos. 41.1. Lei 11.107, de 2005. 41.2. Formação e regime jurídico dos consórcios

públicos. 41.3. Contrato de programa. 42. Desenvolvimento urbano e Defesa Civil. 42.1. Política Nacional de Defesa Civil. 42.2. Sistema Nacional de Defesa Civil (Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010). 42.3. Estados de emergência e de calamidade pública (critérios para caracterização, procedimentos para reconhecimento).

Subárea: Minas e Energia

1. Teoria econômica e aplicações. 1.1. Teoria da firma e do consumidor. 1.2. Mercado concorrencial. 1.3. Concorrência imperfeita. 1.4. Monopólio e oligopólio. 1.5. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". 1.6. Análise microeconômica de bem-estar social. 1.7. Falhas de mercado. 1.8. Instrumentos de regulação. 1.9. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10. Medidas do desempenho econômico. 1.11. Consumo e investimento. 1.12. Modelo IS-LM. 1.13. Oferta agregada. 1.14. Macroeconomia nekeynesiana. 1.15. Modelos de ciclos reais. 1.16. Expectativas racionais em macroeconomia. 1.17. Orçamento e política fiscal. 1.18. Balanço de pagamentos. 1.19. Fontes de inflação. 1.20. Banco Central e política monetária. 1.21. Análise Econômica do Direito.

2. Noções gerais de economia brasileira. 2.1. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.2. O choque dos juros internacionais no final da década de 1970. 2.3. Crise dos anos 80. 2.4. Inflação dos anos 70 até o Plano Real. 2.5. Planos heterodoxos de combate à inflação. 2.6. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.7. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.8. Reformulação do sistema financeiro nos anos 1990. 2.9. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo e sobre as finanças públicas. 2.10. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.11. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.12. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.13. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.14. O endividamento externo brasileiro. 2.15. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 2.16. Implementação e execução do regime de metas para a inflação no Brasil. 2.17. O crescimento da economia na década de 2000. 2.18. Política de rendas. 2.19. A crise financeira global de 2008/2009, seus desdobramentos para a economia brasileira e medidas adotadas para enfrentá-la. 2.20. O papel da economia brasileira no atual contexto da economia global e sua inserção no escopo dos BRICS.

3. Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: Resoluções do Senado Federal 50, de 1993, 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007.

4. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle do endividamento público, da despesa com pessoal, da expansão da despesa e das renúncias de receita.

5. Estrutura institucional dos setores de minas e energia. 6. Evolução histórica da exploração mineral e da produção e uso da energia no Brasil. 7. Noções de geologia. 8. Noções de metalurgia. 9. Noções de engenharia de petróleo. 10. Noções de engenharia elétrica. 11. Plano Nacional de Mineração 2030. 12. Plano Nacional de Energia 2030. 13. Plano Decenal de Expansão de Energia 2020. 14. Matriz Energética Nacional 2030. 15. Balanço Energético Nacional. 16. Produção nacional de petróleo, modelos de exploração (sistemas de concessão e de partilha da produção), o petróleo do pré-sal. 17. Definição dos preços de derivados de petróleo; tributação do setor. 18. Tarifas de energia elétrica. 18.1. Tributação do setor. 19. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI para os setores de energia e mineração. 20. Horário Brasileiro de Verão. 21. Universalização dos serviços de energia elétrica. 22. Compensações financeiras, royalties e participações especiais. 23. Investimentos internos e externos em mineração e em energia. 24. Tópicos fundamentais sobre energia nuclear. 25. Utilização do gás natural na matriz energética brasileira. 26. Utilização de hidroeletricidade na matriz energética brasileira. 27. Fontes Alternativas de Energia (biomassa, eólica e solar). 28. Biocombustíveis: produção, regulação do mercado e políticas de incentivo, biocombustíveis de primeira e de segunda geração. 29. Leis gerais associadas à mineração e energia. 29.1. Lei 7.525, de 22 de julho de 1986. 29.2. Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989. 29.3. Lei 8.001, de 13 de março de 1990. 29.4. Lei 8.617, de 4 de janeiro de 1993. 29.5. Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. 30. Leis do setor mineral. 30.1. Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967; 30.2. Lei 6.567, de 24 de setembro de 1978. 30.3. Lei 8.876, de 2 de maio de 1994. 30.4. Lei 10.743, de 9 de outubro de 2003. 30.5. Leis do setor elétrico: 30.5.1. Lei 9.074, de 7 de julho de 1995. 30.5.2. Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996. 30.5.3. Lei 9.991, de 24 de julho de 2000. 30.5.4. Lei 10.295, de 17 de outubro de 2001. 30.5.5. Lei 10.334, de 19 de dezembro de 2001. 30.5.6. Lei 10.433, de 24 de abril de 2002. 30.5.7. Lei 10.438, de 26 de abril de 2002. 30.5.8. Lei 10.604, de 17 de dezembro de 2002. 30.5.9. Lei 10.847, de 15 de março de 2004. 30.5.10. Lei 10.848, de 15 de março de 2004. 30.5.11. Lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009. 30.5.12. Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010. 30.5.13. Lei 12.334, de 20 de setembro de 2010. 30.6. Leis do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis. 30.6.1. Lei 8.176, de 8 de fevereiro de 1991. 30.6.2. Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997. 30.6.3. Decreto 2.705, de 3 de agosto de 1998. 30.6.4. Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999. 30.6.5. Lei 10.274, de 10 de setembro de 2001. 30.6.6. Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001. 30.6.7. Lei 10.453, de 13 de maio de 2002. 30.6.8. Lei 10.636, de 30 de dezembro de 2002. 30.6.9. Lei 11.097, de 13 de janeiro de 2005. 30.6.10. Lei 11.685, de 3 de junho de 2008. 30.6.11. Lei 11.909, de 4 de março de 2009. 30.6.12. Lei 12.276, de 30 de junho de 2010. 30.6.13. Lei 12.304, de 2 de agosto de 2010. 30.6.14. Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Subárea: Política Econômica e Sistema Financeiro

1. Teoria econômica e aplicações. 1.1. Teoria da firma e do consumidor. 1.2. Mercado concorrencial. 1.3. Concorrência imperfeita. 1.4. Monopólio e oligopólio. 1.5. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". 1.6. Análise microeconômica de bem-estar social. 1.7.

Falhas de mercado. 1.8. Instrumentos de regulação. 1.9. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10. Medidas do desempenho econômico. 1.11. Consumo e investimento. 1.12. Modelo IS-LM. 1.13. Oferta agregada. 1.14. Macroeconomia nekeynesiana. 1.15. Modelos de ciclos reais. 1.16. Expectativas racionais em macroeconomia. 1.17. Orçamento e política fiscal. 1.18. Balanço de pagamentos. 1.19. Fontes de inflação. 1.20. Banco Central e política monetária. 1.21. Análise Econômica do Direito.

2. Noções gerais de economia brasileira. 2.1. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.2. O choque dos juros internacionais no final da década de 1970. 2.3. Crise dos anos 80. 2.4. Inflação dos anos 70 até o Plano Real. 2.5. Planos heterodoxos de combate à inflação. 2.6. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.7. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.8. Reformulação do sistema financeiro nos anos 1990. 2.9. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo e sobre as finanças públicas. 2.10. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.11. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.12. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.13. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.14. O endividamento externo brasileiro. 2.15. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 2.16. Implementação e execução do regime de metas para a inflação no Brasil. 2.17. O crescimento da economia na década de 2000. 2.18. Política de rendas. 2.19. A crise financeira global de 2008/2009, seus desdobramentos para a economia brasileira e medidas adotadas para enfrentá-la. 2.20. O papel da economia brasileira no atual contexto da economia global e sua inserção no escopo dos BRICS.

3. Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: Resoluções do Senado Federal 50, de 1993, 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007.

4. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle do endividamento público, da despesa com pessoal, da expansão da despesa e das renúncias de receita.

5. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN). 5.1. A reforma de 1964 (Lei 4.595, de 1964); 5.2. Instituições integrantes do SFN: Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e instituições financeiras públicas e privadas. 6. Banco Central do Brasil. 6.1. Teoria do Banco Central. 6.2. Autonomia do Banco Central. 6.3. Competências e atribuições (Política monetária e fiscalização e controle das instituições do SFN). 7. Sistema Financeiro da Habitação (SFH): instituições, funções e desempenho recente. 8. Sistema Financeiro Imobiliário (SFI): legislação e funcionamento. 9. Jogos e loterias: legislação e funcionamento. 10. Mercado de capitais. 10.1. Bolsas de valores. 10.2. Mercado futuro e de derivativos: importância, estrutura e funcionamento. 10.3. Comissão de Valores Mobiliários: competência e atribuições. 10.4. Sistema especial de liquidação e custódia. 11. Política monetária. 11.1. O sistema de metas de inflação. 11.2. Mecanismos de transmissão da política monetária. 11.3. O spread bancário. 11.4. Causas das elevadas taxas de juros básicas no Brasil. 11.5. As mudanças no mercado de crédito desde 2003 e legislação pertinente. 12. Política cambial. 12.1. Legislação e normas para o mercado de câmbio. 12.2. Regimes cambiais: câmbio fixo, câmbio flutuante e bandas cambiais. 12.3. Influências da cada regime cambial sobre a política monetária. 13. Sistema de seguros privados e capitalização: administração, instituições, fiscalização, legislação e atos normativos que disciplinam as suas atividades.

Subárea: Política Econômica e Finanças Públicas

1. Teoria econômica e aplicações. 1.1. Teoria da firma e do consumidor. 1.2. Mercado concorrencial. 1.3. Concorrência imperfeita. 1.4. Monopólio e oligopólio. 1.5. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". 1.6. Análise microeconômica de bem-estar social. 1.7. Falhas de mercado. 1.8. Instrumentos de regulação. 1.9. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10. Medidas do desempenho econômico. 1.11. Consumo e investimento. 1.12. Modelo IS-LM. 1.13. Oferta agregada. 1.14. Macroeconomia nekeynesiana. 1.15. Modelos de ciclos reais. 1.16. Expectativas racionais em macroeconomia. 1.17. Orçamento e política fiscal. 1.18. Balanço de pagamentos. 1.19. Fontes de inflação. 1.20. Banco Central e política monetária. 1.21. Análise Econômica do Direito. 2. Noções gerais de economia brasileira. 2.1. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.2. O choque dos juros internacionais no final da década de 1970. 2.3. Crise dos anos 80. 2.4. Inflação dos anos 70 até o Plano Real. 2.5. Planos heterodoxos de combate à inflação. 2.6. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.7. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.8. Reformulação do sistema financeiro nos anos 1990. 2.9. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo e sobre as finanças públicas. 2.10. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.11. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.12. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.13. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.14. O endividamento externo brasileiro. 2.15. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 2.16. Implementação e execução do regime de metas para a inflação no Brasil. 2.17. O crescimento da economia na década de 2000. 2.18. Política de rendas. 2.19. A crise financeira global de 2008/2009, seus desdobramentos para a economia brasileira e medidas adotadas para enfrentá-la. 2.20. O papel da economia brasileira no atual contexto da economia global e sua inserção no escopo dos BRICS. 3. Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: Resoluções do Senado Federal 50, de 1993, 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007. 4. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle do endividamento público, da despesa com pessoal, da expansão da despesa e das renúncias de receita. 5.